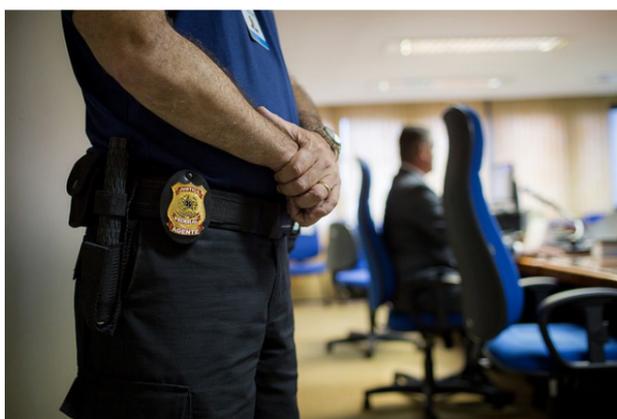




CNJ inicia curso de formação para Polícia Judicial com agentes do Poder Judiciário



de Segurança Institucional do Poder Judiciário no CNJ.

Regida pela Resolução CNJ n. 344/2020, a Polícia Judicial é responsável por garantir a segurança dos magistrados, unidades judiciais e administrativas, servidores, jurisdicionados e demais ativos da justiça. A Polícia Judicial tem o dever, por exemplo, de realizar escolta de magistrados sob risco e executar ações de proteção de oficiais de justiça no cumprimento de mandados.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou no dia 9 de agosto, em parceria com a Polícia Federal, o 1º Curso de Formação da Polícia Judicial. Essa primeira turma do treinamento terá duração de quatro semanas e vai formar 80 policiais judiciais – 40 de Brasília e 40 de outras regiões do país, incluindo o agente de segurança Murilo Oliveira Nascimento, servidor da Subseção Judiciária de Ilhéus.

O curso será realizado na Academia Nacional de Polícia. “Estamos tomando todas as precauções sanitárias necessárias para receber os alunos, que deverão dentre várias medidas de prevenção, no lançamento do curso, apresentar teste de Covid-19 negativo, levar máscaras e carteira de vacinação”, explica Luiz Octavio Penna, diretor do Departamento

A expectativa é que todos os 280 Agentes, instrutores cadastrados no CNJ, participem das futuras turmas que serão disponibilizadas no período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica ente o CNJ e a Polícia Federal. De acordo com o diretor do CNJ, o objetivo principal dessa formação é promover a uniformização e padronização das atividades relacionadas à Polícia Judicial. Ações como capacitações conjuntas, aprimoramento das resoluções, padronização de uniformes, carteiras de identidades e demais realizações auxiliam no alcance do objetivo relacionado, uma vez que fortalecem a identidade institucional dos profissionais de segurança do Poder Judiciário.

STJ divulga inscrição para preenchimento de vagas de membro do CNJ e do CNMP

Estão abertas as inscrições para magistrados e magistradas interessados em concorrer às vagas de membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reservadas a juiz federal e a juiz de Tribunal Regional Federal, e à vaga de membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) destinada a juiz, nos termos do art. 103-B, caput, VI e VII, da Constituição Federal.

Os(As) candidatos(as) deverão se inscrever no sítio do Tribunal (www.stj.jus.br), mediante encaminhamento de currículo em formato padronizado,



no prazo de 10 dias contados da publicação do edital, ocorrida no Diário da Justiça eletrônico (DJe), da última quinta-feira, 12 de agosto.

Transforme em Ação



O que é ACV?

A Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) é uma técnica com base científica que adota uma visão sistemática para a quantificação dos impactos ambientais de um produto ou serviço ao longo de todo o seu ciclo de vida. Considera todos os impactos de um produto desde a extração das matérias-primas, consumos energéticos, manufatura, transportes, uso e manutenção, reciclagem até a disposição final de um produto.

A ACV é uma ferramenta de gestão ambiental que utiliza metodologia padronizada pelas normas ISO 14040 e 14044.

De onde vem o lápis, a caneta, o papel e todos os outros materiais de expediente. Qual a matéria prima, como são fabricados, qual o consumo de energia e água? Os processos poluem o meio ambiente? São algumas perguntas que precisam ser feitas antes de optar por uma aquisição.

A **nova lei de licitações - 14.133/2021** prevê em seu artigo 11, inciso I, que o processo licitatório tem por objetivo "assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;"

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU são integrados e indivisíveis. Esta matéria está principalmente associada ao ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima.

Aniversariantes

Hoje: Kauan Vieira de Oliveira (Feira de Santana) e Ernesto Calixto Netto (Feira de Santana). **Amanhã:** Elisabete Freitas Mendes Neta (Alagoinhas) e Mariana de Paula Faria Crusóe (22ª Vara). **Parabéns!!!**



Mês dos Pais



“Ser pai me proporcionou experimentar emoções inimagináveis ao lado do meu filho Benício”

Servidor Vespasiano Oliveira Coqueiro, lotado na SESAP da SSJ de Vitória da Conquista, e seu filho Benício, de 4 anos e 8 meses.